

Direitos da Natureza e Educação Jurídica Ambiental: estratégias de leitura e debate no ensino médio

Rayane de Tasso Moreira Ribeiro^{1,2}; Fátima Lenira de Moura Gomes²; Francisca Ranielly de Brito Macêdo²; Priscila Orlandini³

1 - Faculdade Anhanguera de Juazeiro do Norte

2 - Universidade Regional do Cariri – URCA

3 - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo

A Educação Ambiental (EA) é uma área de crescente relevância global, presente em acordos internacionais, políticas nacionais e diretrizes curriculares. É essencial para formar cidadãos conscientes e comprometidos com o bem-estar coletivo, especialmente diante da emergência climática. No Brasil, sua promoção é dever do Estado, conforme a Constituição Federal de 1988 (art. 225, §1º, VI) e a Lei no 9.795/1999 (Política Nacional de Educação Ambiental). Apesar desse respaldo legal, sua implementação nas escolas enfrenta desafios, como a falta de curricularização e de materiais didáticos contextualizados, principalmente no Ensino Médio. Esses entraves se acentuam na Educação Jurídica Ambiental (EJA), que exige preparo docente para debates jurídicos sobre questões socioambientais. A teoria dos Direitos da Natureza reforça essa abordagem ao afirmar que ecossistemas e espécies possuem direitos próprios, desafiando a visão da natureza como recurso e promovendo uma ética baseada na interdependência do mundo natural. Com base nessa contextualização, este trabalho visa promover a Educação Jurídica Ambiental e a literacia climática no ambiente escolar, por meio de práticas centradas na leitura crítica, debate e produção textual sobre temas socioambientais. Para tanto, apresenta-se aqui uma experiência pedagógica desenvolvida no âmbito do componente curricular “Formação Cidadã”, durante o primeiro semestre de 2025, com estudantes do segundo ano do Ensino Médio da escola pública estadual EEFM “Dona Clotilde Saraiva Coelho”, em Juazeiro do Norte, Ceará. A atividade integra o projeto da Universidade Regional do Cariri (URCA), “Cariri Verde: integrando Educação Climática e Etnobotânica nas Escolas”, que busca articular saberes científicos, ambientais e culturais no contexto escolar e regional. A proposta envolveu uma sequência de ações como a leitura crítica e análise de textos legais, jornalísticos e acadêmicos, além de rodas de conversa e debates em sala. Os documentos incluíram o Artigo 225 da Constituição Federal, reportagens recentes e trechos de autores como Ailton Krenak e Vandana Shiva, possibilitando o aprofundamento em temas como direitos da natureza, justiça ecológica, racismo ambiental, ecocídio e ecofeminismo. A partir disso, observou-se que a apropriação desses conceitos favoreceu a reflexão crítica sobre a responsabilidade do Estado, da sociedade e da juventude frente à crise climática e aos conflitos socioambientais da região do Cariri. Além das leituras e debates, os estudantes produziram 42 redações dissertativo-argumentativas que expressaram suas compreensões e posicionamentos, fortalecendo a literacia climática e a argumentação fundamentada em conhecimento jurídico-ambiental. A experiência revelou o potencial da escola pública como espaço estratégico para a construção de uma cultura de cidadania socioambiental, na qual a Educação Jurídica Ambiental se torna ferramenta essencial para formar jovens críticos, éticos e comprometidos com a sustentabilidade. O vínculo com o projeto “Cariri Verde” também permitiu contextualizar as discussões à realidade local, integrando dimensões científicas, culturais e ambientais no processo educativo. Em suma, o trabalho evidencia como práticas pedagógicas integradas e participativas podem preparar os estudantes para atuar de forma consciente diante dos desafios socioambientais e climáticos contemporâneos, promovendo a justiça ecológica e a defesa dos direitos da natureza.

Palavras-chave: Educação Jurídica Ambiental; Direitos da Natureza; Literacia Climática.